CAPÍTULO 18

ANÁLISE COMPARATIVA: ORGANIZAÇÕES DO MUNDO DA SOCIEDADE CIVIL

Cristiana Losekann¹

Marta Zorzal e Silva²

Alyne dos Santos Gonçalves³

Mariana Ferrari de Oliveira⁴

Priscila Assis Cruz⁵

Eunice Estevam Martins⁶

Jaqueline Marcelino de Souza⁷

Thalita Matias Gonçalves⁸

Mariana Luz Patez⁹

Irineu Cruzeiro Neto¹⁰

18.1 – Organizações da sociedade civil no Espírito Santo – de quem estamos falando?

A retomada do conceito de sociedade civil nas últimas décadas do século XX foi um movimento notável dentro das ciências sociais em geral. A necessidade de encontrar ferramentas conceituais que dessem conta de explicar os novos fenômenos advindos com a chamada terceira onda de democratização deu força à emergência de um *revival* teórico analítico em torno da idéia de sociedade civil¹¹. As transformações ocorridas no contexto político contemporâneo, tanto no plano internacional (transições democráticas no sul da Europa, América Latina, Leste

¹ Doutora em Ciência Política, pela UFRGS, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS, pesquisadora do LEP-NEPCS-UFES

² Doutora em Ciência Política, pela USP-SP, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS e em Saúde Coletiva da UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP/NEPCS e segunda Líder – OPPP / PPGADM / UFES.

³ Mestre em História Social das Relações Políticas (UFES), bolsista de aperfeiçoamento (FACITEC, 2008-2009) e pesquisadora do LEP-NEPCS

⁴ Graduada em Ciências Sociais, pela UNICAMP, pesquisadora voluntária do LEP-NEPCS-UFES

⁵ Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais - UFES

⁶ Graduanda em Ciências Sociais, pela UFES, voluntária de iniciação Científica do LEP-NEPCS-UFES

⁷ Graduanda em Ciências Sociais, pela UFES, voluntária de iniciação Científica do LEP-NEPCS-UFES

⁸ Graduanda em Ciências Sociais, pela UFES, voluntária de iniciação Científica do LEP-NEPCS

⁹ Graduanda em Ciências Sociais, pela UFES, voluntária de iniciação Científica do LEP-NEPCS-UFES.

¹⁰ Graduado em Letras, pela UFES, pesquisador voluntário do LEP-NEPCS-UFES

¹¹ Para exposição ampliada ver, entre outros, COSTA (2002); CAYRES (2009).

Asiático e Leste Europeu, queda do muro de Berlin, processos de globalização, difusão das tecnologias de informação, etc.) como no plano interno (crise econômica, liberalização política, reformas políticas e institucionais, etc.) impactaram a dinâmica das relações entre Estado e sociedade trazendo o imperativo de se refletir sobre os termos dessas relações, não mais a partir de uma perspectiva dicotômica e sim considerando a eclética constelação de circunstâncias que motivaram, no plano político, a recuperação do conceito (COSTA, 2002).

Para melhor situarmos este debate, examinemos as principais interpretações envolvidas nos conceitos em questão. Começemos pelas leituras de Dagnino et al. (2006) e Scherer-Warren (2006) sobre o termo sociedade civil, cujo ponto em comum encontra-se na percepção de que esta não pode ser reduzida àquela definição liberal e homogeneizante de Terceiro Setor, segundo a qual toda associação civil poderia ser classificada como uma entidade privada para a ação pública. Segundo Dagnino et. al. (2006), esta redução leva à ocultação da diversidade de projetos políticos existentes na sociedade civil, que “(...) é composta por uma grande heterogeneidade de atores civis (incluindo atores conservadores) com formatos institucionais diversos (...) e uma grande pluralidade de práticas e projetos políticos” (p.23). Por sua vez, Scherer-Warren (2006) defende que a sociedade civil inclui o Terceiro Setor, porém, muito mais abrangente do que o grupo de organizações privadas e sem fins lucrativos, ela engloba também outros grupos e movimentos sociais que envolvem mais diretamente a questão da participação cidadã em temas de interesse geral da sociedade.

Neste sentido, a sociedade civil “é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais” (DAGNINO et al., 2006: 23) – com projetos políticos diversos e mesmo mutuamente excludentes – que engloba tanto organizações com fins coletivos privados (como associações para a observação de pássaros tropicais, por exemplo), como movimentos sociais e organizações com fins públicos, isto é, que prestam serviços públicos ou advogam por direitos de interesse geral e difuso da sociedade (COELHO, 2002).

Nessa linha de interpretação autores como Cohen e Arato (1989) argumentam que contemporaneamente o conceito tem sido utilizado pressupondo

[...] algo como o modelo tripartite gramsciano da sociedade civil, ao mesmo tempo que preservam aspectos chave da crítica marxiana à sociedade burguesa. Mas eles integraram também a reivindicação liberal de proteção dos direitos individuais, a ênfase de Hegel, Tocqueville e dos pluralistas na pluralidade de associações e intermediações societárias, o acento de Durkheim no componente da solidariedade social e a defesa da esfera pública e da participação política enfatizada por Habermas e Arendt (COHEN; ARATO, 1989 apud COSTA, 2002, p.44).

Não obstante, conceitualmente a noção de “sociedade civil” está longe de ser um objeto de discussões esgotado, pelo contrário, carrega múltiplos sentidos associados a diferentes e, até, antagônicas, vertentes de pensamento¹². Em linhas gerais Costa (2002), amparado em Sölter (1993), distingue duas vertentes interpretativas principais que denomina de visão enfática e visão moderada. Desse modo, enquanto que para os pensadores vinculados à versão enfática o fortalecimento da sociedade civil representa o nódulo normativo de um projeto radicalmente democrático, para aqueles que se filiam a versão moderada a concepção de sociedade civil não passa de categoria empírica, sem conteúdo político-emancipatório, mas apenas apresentação descritiva das conformações político-sociais previamente existentes no contexto liberal democrático das sociedades (COSTA, 2002, p.49)

Entre os que se filiam a corrente enfática destaca-se John Keane, Cohen e Arato, Charles Taylor, J. Habermas, Rödel, Frankenberg, e outros, os quais vêm trazendo importantes aportes ao debate sobre a teoria democrática sob a perspectiva da tradição crítica da escola frankfurtiana. Nesse sentido, a distinção habermasiana entre a lógica do mundo da vida e a lógica sistêmica permitiu identificar o Estado e o mercado como dois subsistemas, sendo que “a sociedade civil constitui uma dimensão do mundo da vida assegurada institucionalmente por um conjunto de direitos que a pressupõem, ao mesmo tempo em que a diferencia

¹² Para uma excelente discussão sobre as diferentes concepções e usos do conceito de Sociedade Civil ver: NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **RBCS**, vol. 18, nº. 52, pp. 185-202, junho – 2003.

das esferas da economia e do Estado” (COHEN; ARATO, 1994, apud CAYRES, 2009, p. 48).

De acordo com Cohen e Arato *apud* Costa (2002) o ***mundo da vida*** incorpora um repertório de tradições e conteúdos aos quais os indivíduos recorrem no âmbito de suas ações cotidianas, ao mesmo tempo em que abrange processos sociointerativos que determinam no plano individual a formação da personalidade. É neste universo do mundo da vida que a ***esfera pública*** se materializa como lócus das interações cotidianas comunicativas entre os diversos sujeitos sociais. Interações estas que são regidas, asseguradas e reproduzidas por mecanismos e processos comunicativos que, em princípio, não se prestam a fins estadistas da lógica estratégica do poder, nem aos fins mercantilistas da lógica estratégica do dinheiro. Desse modo, considerando a natureza e a lógica que preside as relações sociais na esfera pública, é que os autores vinculados a essa vertente definem teoricamente o conceito de sociedade civil, nos seguintes termos:

A especificidade da sociedade civil, nesta perspectiva, diz respeito à diferente racionalidade que coordena ou mediatiza as ações e relações sociais. Trata-se, nesta vertente teórica, de um conjunto de atores e instituições que se diferenciam dos partidos e outras instituições políticas (uma vez que não estão organizados tendo em vista a conquista do poder), bem como dos agentes e instituições econômicas (que não estão diretamente associados à competição no mercado). Pluralismo, autonomia, solidariedade e influências / impactos na esfera pública completam, portanto, o quadro de características desta concepção de sociedade civil moderna, que, identificando-se como modelo utópico auto-limitado, procura compatibilizar o núcleo normativo da teoria da democracia com as complexas e diferenciadas estruturas da modernidade. (LUCHMANN, 2002a apud CAYRES, 2009, p. 50).

Assim, entendida como categoria que se refere na topografia social ao espaço marcado por relações de solidariedade e cooperação e não se restringe a um

somatório de organizações, mas configura-se como uma teia de interações, o conceito de sociedade civil possibilita uma base teórico-analítica capaz de expressar adequadamente suas funções políticas e sua inserção na esfera pública.

É com essas referências conceituais e analíticas em mente que o olhar foi voltado nesta pesquisa para o conjunto de organizações e movimentos que tanto endereçam demandas políticas da sociedade ao Estado, como também, sobretudo, a partir dos anos de 1990 com a reforma do Estado e sob o influxo do pensamento neoliberal vem assumindo tarefas em substituição ao mesmo. Neste sentido, toma-se como pressuposto que é necessário pensar a sociedade civil como uma esfera nem estatal, nem do mercado, mas que possui uma dimensão tanto pública quanto privada, cuja vitalidade e possibilidade de influência depende da existência de um espaço público poroso. Este se constitui enquanto arena de difusão dos conteúdos simbólicos e das visões de mundo diferenciadas que alimentam as identidades desses atores, conformando um campo heterogêneo, fragmentado e plural no qual se situa uma gama infindável de organizações e movimentos.

18.2 – Qualificando o campo de ação de algumas Organizações Cíveis no Espírito Santo

As relações sociais na esfera pública do estado do Espírito Santo certamente não escapam destas complexidades e questões que envolvem a participação política e a formação da própria sociedade civil capixaba. Sabemos que a construção da ordem democrática brasileira se inscreve em um mosaico caótico de temas, problemas e concepções diversas que alimentam o debate e as ações tanto na sociedade civil, extremamente heterogênea, como no âmbito do Estado, igualmente heterogêneo. Neste sentido, a análise de diferentes organizações presentes na sociedade civil capixaba buscou compreender seus âmbitos de atuação e suas principais práticas visando mapear traços identitários, aspectos

similares e diferenças em suas formas de ação e a presença de visões pautadas na normatividade e nos valores típicos da ética democrática.

As organizações pesquisadas foram: Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do ES (Famopes), Conselho Popular de Vitória (CPV), Transparência Capixaba e Espírito Santo em Ação. Considerando os contextos sociais e políticos em que elas foram engendradas – explicitados nas análises particulares de cada uma –, observamos que estas organizações se diferenciam quanto à natureza de sua constituição e finalidade, isto é, quanto aos grupos e/ou interesses que representam. Algumas estão mais identificadas com as associações populares, de moradores com bases sociais claras como CPV e Famopes. Outras atuam em causas mais amplas, sem exercer representação de bases e identificadas claramente a ideais democráticos, como transparência e responsabilização política (Transparência Capixaba). Neste grupo encontramos, ainda, organizações identificadas a grupos muito específicos de representação profissional, como os advogados; e de representação empresarial como Espírito Santo em Ação (ES em Ação).

Há uma grande diferença em termos de propósitos e finalidades entre uma organização como a ONG ES em Ação, cujo objetivo é “ser reconhecida como referência do pensamento empresarial capixaba e agir como um importante catalisador de interesses originários de setores empresariais, (...) colocando-se como instância de representação qualificada do empresariado” (ES EM AÇÃO: 2010); de uma organização como a Famopes, por exemplo, ligada às associações de moradores, que tem por objetivo aglutinar lutas comuns aos cidadãos dos municípios capixabas, especialmente no que diz respeito às minorias, demandas sociais, questões ambientais, entre outras, visando aumentar sua possibilidade de influenciar as decisões públicas, por meio da capacitação das lideranças comunitárias. Ou seja, a primeira é uma organização que está vinculada, em última instância, aos valores e à lógica de mercado; enquanto que a segunda, é uma organização que parte de um propósito que visa diminuir e corrigir injustiças sociais, cujas práticas e ações coletivas são marcadas por interações cotidianas

cujos efeitos políticos estão na capacidade de canalizar as atenções públicas para seus pleitos.

Neste sentido, tomando o conceito de sociedade civil a partir da perspectiva enfática não cabe considerar o pertencimento da primeira organização ao campo “sociedade civil”. Mais precisamente segundo Cohen e Arato (2001) é necessário separar as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil, justamente porque cada uma opera por formas de coordenação e lógicas diferentes: Estado, pelo monopólio da força e da lei; mercado, pela lógica econômica do lucro; sociedade civil pela capacidade de autodeterminação e influência. Também para Young (2000), as lógicas da economia e da sociedade civil são opostas e configuram uma relação problemática em sistemas capitalistas liberais nos quais a esfera econômica tende a dominar a esfera da sociedade civil.

Assim, embora a organização ES em Ação defina-se como uma ONG, sua missão e sua lógica de atuação não se traduz por finalidades e práticas que expressam ações vinculadas à defesa de direitos, ou a prestação de serviços para determinados segmentos sociais. Sua lógica de atuação não busca construir relações com setores populares menos favorecidos, auxiliando na sua organização, sistematizando suas reivindicações, e, em alguns casos, até mesmo propondo linhas de ação de enfrentamento com o Estado, tal como o termo ONG tem sido utilizado pela literatura, para caracterizar e conceituar as organizações que atuam na sociedade civil com essa finalidade.

Na verdade, vale ressaltar que a expressão “organizações não governamentais” tem suas raízes na Europa Continental e surgiu para designar “as organizações internacionais que, embora não representassem governos, pareciam significativas o bastante para justificar uma presença formal na ONU” (FERNANDES, 1997 *apud* ANDRADE, 2006, p.95). Posteriormente, o uso se disseminou mais por pressão de financiadores internacionais de políticas sociais que influenciavam para tal adoção. “Mas, de uma simples ‘senha’ compartilhada, o termo ONG passou a ser uma espécie de logomarca assegurando legitimidade junto a certos financiadores.” (FISCHER, FALCONER, 1998, *apud* GIVISIEZ; POSADA;

TEODOSIO, 2004, p. 4). No Brasil as ONGs adquiriram fama e notoriedade durante a Assembléia Nacional Constituinte e na América Latina popularizou-se sobretudo a partir da ECO-92 (ANDRADE, 2006, p.96).

Mais recentemente, a partir da hegemonia do pensamento neoliberal a noção de sociedade civil foi crescentemente sendo substituída, sobretudo na arena político ideológica, pela noção de “terceiro setor”, no qual se situariam as ONGs. Dessa perspectiva, a noção de terceiro setor engloba um vasto número de entidades que não integram o Estado, nem o mercado, não possuem fins lucrativos; e dependem para sua sobrevivência de certo nível de contribuições voluntárias, de tempo e dinheiro, tais como: associações, fundações, organizações de assistência social, hospitais não estatais, museus, entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridades, organizações não governamentais, entidades sem fins lucrativos, etc. (ANDRADE, 2006, p.89).

Claro está que a noção de terceiro setor tem caráter empírico descritivo e se opõe à noção de sociedade civil tal como entendida pela vertente enfática (Costa, 2002) discutida anteriormente. Mesmo considerando a ONG Espírito Santo em Ação da perspectiva do conceito de terceiro setor, e com as lentes da literatura aqui brevemente delineada, suas finalidades e práticas de atuação evidenciam traços que a vinculam muito mais aos grupos de interesses atuantes na esfera da política tais como partidos, lobbies, etc. e do que a sociedade civil (vertente enfática ou vertente branda), ou ao terceiro setor.

18.3 – Organizações Civis: Participação e Representação na Sociedade Política

Do ponto de vista das relações de representação política envolvendo as organizações da sociedade civil grandes controvérsias têm alimentado o debate. Este tem se voltado para as questões relativas à ação dos cidadãos nos processos participativos, problematizando a relação entre participação e representação, protagonismo e efetividade da participação, entre outros aspectos. Nesse âmbito, um dos focos tem sido a legitimidade da representação exercida por organizações da sociedade civil, movimentos sociais, ONG's, entre outros, e o

caráter do controle social ou *accountability* social, gerado pela multiplicação de interfaces de contato institucionalizado entre o poder público e interesses sociais organizados e representados por essas organizações (LAVALLE & CASTELLO, 2008; LÜCHMANN, 2008; HOCHSTETLER & FRIEDMAN, 2008).

Por outro lado, em relação à participação política, o surgimento e intensificação de canais alternativos estão relacionados com a chamada “crise de representação” ou do sistema representativo democrático (DAGNINO, 2006; GURZA LAVALLE et. al., 2006a e b). Ocorre que o caminho tradicional de participação através dos sistemas partidários sugere que o representante eleito defenda posições compatíveis com as reivindicações de seus eleitores. Todavia, há certo descrédito neste canal de representação, uma vez que os partidos não têm conseguido suprir as necessidades dos vários segmentos da sociedade (CARVALHO, 1995). Além disso, não é raro a associação entre política partidária e corrupção, entre outras críticas aos sistemas de representação competitiva, sobretudo no que concerne aos valores políticos relativos à responsabilização e *accountability* dos eleitos.

Esse debate aponta para questões particularmente relevantes no estudo das Democracias contemporâneas. Entre elas se coloca o problema da legitimidade democrática. Há necessidade de estudos que investiguem as diferenças existentes entre a legitimidade democrática proporcionada pelas condições legais e os procedimentos da política eleitoral e parlamentar e os "modos de proceder" mais amplos de uma esfera pública democrática de que participa uma complexa rede de associações e movimentos sociais. Ou seja, nesse âmbito da **pluralização** da representação política é necessário indagar sobre suas lógicas de funcionamento, constituição e relações estabelecidas com os eventuais beneficiários, em nome dos quais falam e exercem a representação. Ademais, é preciso distinguir empiricamente os tipos, os níveis e a durabilidade do apoio ao governo, a partir dos procedimentos mais estreitos da sociedade política e dos modos mais livres e democráticos da sociedade civil (ARATO, 1994).

Na expectativa de trazer respostas ao problema é de grande relevância o questionamento que faz Avritzer (2007) ao trazer à baila a indagação sobre *quem*

e em *quais condições* os indivíduos podem representar uns aos outros com legitimidade? Segundo o autor, em certas circunstâncias, apesar de não existirem mecanismos de tipo eleitoral na representação exercida por organizações civis (voto), tanto a *identificação* de um grupo de indivíduos com a realidade do Outro, quanto à *especialização* e a *experiência* em temáticas próprias as instituições democráticas de participação (conselhos gestores, por exemplo), são capazes de conferir legitimidade à relação de representação. Nesses casos, as lideranças estariam representando “causas” (representação por afinidade) e não necessariamente pessoas.

O importante em relação a essa forma de representação é que ela tem sua origem em uma escolha entre atores da sociedade civil, decidida freqüentemente no interior de associações civis. Estas exercem o papel de criar afinidades intermediárias, isto é, elas agregam solidariedades e interesses parciais (Warren, 2001). Ao agregarem estes interesses, elas propiciam uma forma de representação por escolha que não é uma representação eleitoral de indivíduos ou pessoas. A diferença entre a representação por afinidade e a eleitoral é que a primeira se legitima em uma identidade ou solidariedade **parcial** [referente a temas específicos, objetos de órgãos deliberativos de participação] exercida **anteriormente** [ou seja, já construída no âmbito da associação civil] (AVRITZER, 2007, pp. 457-8, destaques nossos).

Deste ponto de vista, temos que a representação por afinidade desafia o mito moderno da representação eleitoral de que os interesses individuais – múltiplos e mutantes por essência – se diluiriam na representação de indivíduos. Se na representação eleitoral a legitimidade é construída *a priori* – elege-se sem saber a quais causas o representante vai se dedicar e de que maneira, com que intensidade, etc. –, na representação por afinidade a legitimação se dá pela relação que o representante construiu com a “causa” ao longo de sua atuação na sociedade civil.

Em outras palavras, existem nas organizações da sociedade civil relações de confiabilidade e de pertencimento que geram outros mecanismos de delegação de poder para além de mecanismos eleitorais. Ademais, como sugere Avritzer, algumas das organizações pesquisadas neste trabalho desenvolvem um tipo de

representação mais vinculada a idéias do que a indivíduos. Nesse sentido, lembramos que a Transparência Capixaba atua na defesa da transparência, da democracia e contra corrupção (valores difusos, sem vinculação a grupos específicos). Já a Famopes e o CPV se propõem a uma vinculação direta com bases sociais em condições de grande fragilidade social e política.

Por outro lado, o ES em Ação tem vinculação explícita com setores empresariais e, por isso, sua atuação é mais ligada à representação de interesses específicos do que necessariamente à advocacia de temas. Tanto que algumas das dificuldades encontradas pela ONG, para melhor desenvolver suas ações, está na falta de cultura participativa entre os empresários, ou seja, ainda faltaria entre eles uma noção de associativismo ligada à dimensão do político, do interesse geral, da cidadania.

Deste modo, as ONGs Transparência Capixaba e ES em Ação denominam-se apartidárias, ou seja, não há parcerias explícitas com partidos específicos, porém, isso não significa que elas excluam totalmente os vínculos com a política partidária, pois mantêm diálogo constante com os representantes (deputados, prefeitos, vereadores etc), independentemente do partido ao qual estão filiados. A primeira, através de encontros e seminários onde discute temas pertinentes à sociedade e convida alguns representantes eleitos para compor a mesa de discussão. A segunda, através de encontros periódicos com as bancadas federais e estaduais para expor e discutir as demandas do empresariado capixaba. Desse modo, apesar do apartidarismo que fazem questão de declarar, não há dúvidas de que essas organizações mantêm relações com a política tradicional, como forma de dar publicidade e encaminhamentos efetivos para as demandas que representam.

Quanto a Famopes, ao contrário da Transparência Capixaba e do ES em Ação o aspecto que chama a atenção está exatamente na relação de proximidade e vínculos que ela estabelece com os partidos políticos. A partir da análise da composição dos quadros da diretoria da instituição, é possível verificar que grande parte do seu quadro é filiada, ou então é componente dos diretórios estaduais e

municipais do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse traço, na verdade, corrobora as teses que vem sendo discutidas por Dagnino, et. al (2006) sobre as trajetórias individuais ou trânsitos de dirigentes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais entre as esferas da sociedade civil e da sociedade política. Segundo a autora, estes trânsitos permitem observar tanto as vinculações e separações entre essas duas esferas de relações, assim como as mudanças e continuidades que sofrem os projetos que orientam a ação dos atores, conforme essas trajetórias se desenvolvem. Neste sentido, Dagnino, et. al (2006, p. 71) destacam nos seguintes termos esse movimento de atores entre sociedade civil e sociedade política:

Uma das trajetórias mais visíveis na esfera pública é a passagem de dirigentes e ativistas da sociedade civil para posições de responsabilidade política, como ministros de Estado, assessores e executores de políticas públicas. Não se trata de um fenômeno recente na política latino-americana. No Brasil ocorre desde 1983, em nível municipal e, depois, estadual (...). Na maioria desses casos as trajetórias se desenvolvem por meio da mediação institucional dos partidos os quais chegaram ao poder após importantes vitórias eleitorais.

(.....)

As trajetórias individuais mostram também que os projetos são produto de um processo de negociação e síntese entre a dimensão coletiva do movimento social e a dimensão político-partidária, isto é, entre as metas e projetos que motivaram os ativistas a fazer parte de diversos movimentos sociais e organizações civis e os projetos partidários dos quais, em algum momento, fizeram ou fazem parte. (DAGNINO, et. al. 2006, p. 79)

Claro está que a análise de Dagnino, et. al. (2006) funda-se numa concepção que considera as relações entre sociedade civil e Estado em sua complexidade e diversidade, a partir de uma perspectiva relacional e não dicotômica e maniqueísta. Desse ponto de vista toma, como condição necessária para compreender as tensões que se estabelecem nessa relação, a análise das trajetórias individuais ou trânsitos de dirigentes e ativistas entre ambas as esferas de atividades. Com este recurso metodológico esclarece que está entendendo por trajetórias “as formas biográficas que assumem algumas articulações entre

sociedade civil e o Estado. (...) as trajetórias permitem observar tanto as vinculações e separações entre sociedade civil e a sociedade política, assim como as mudanças e as continuidades que sofrem os projetos que orientam a ação dos atores, conforme essas trajetórias se desenvolvem”. Ressaltando a necessidade de se realizar estudos mais sistemáticos e aprofundados para evidenciar as múltiplas formas e a diversidades desses trânsitos, argumenta que:

... contra o senso comum as trajetórias não implicam necessariamente duas alternativas extremas e simplistas. De um lado, a perspectiva antipolítica que diz que essas passagens são formas de “cooptação” de atores civis por parte do Estado, considerado sempre como encarnação do mal. De outro lado, aquela que considera que a incorporação de ativistas civis à esfera do Estado é uma forma de acelerar a democratização do sistema político. Frente a estes reducionismos, pensamos que as trajetórias mostram as tensões e os dilemas que ocorrem em distintos contextos políticos nacionais, quando se busca levar adiante projetos de transformação democrática. Ademais, essa análise nos ajuda a entender como e sob que circunstâncias esses projetos sofrem mudanças ou deslocamentos de sentido quando seu campo de ação muda da esfera civil para a esfera estatal (DAGNINO, et. al. 2006, p. 69-70).

Dada a amplitude do estudo aqui realizado foi possível apenas identificar a existências de múltiplas formas de trânsitos entre as organizações da sociedade civil e o Estado, que apenas indica pistas que poderão ser mais bem exploradas em estudos futuros.

Por outro lado, do ponto de vista da organização Famopes, isto é das tarefas impostas por sua missão ela se ressentida com a dinâmica desse trânsito na medida em que se vê desfalcada de quadros para suas atividades. Dessa forma, um dos maiores desafios encontrados hoje, por organizações da sociedade civil como a Famopes é participar da vida pública, influenciar nas decisões políticas, sem que isto signifique a perda de seu lugar de autonomia e espaço de ação. Diante disso, a entidade vem buscando ampliar a participação popular e investindo na formação de novas lideranças visando manter de pé suas bandeiras de luta e o diálogo com o poder público para construção de ações, programas e projetos que sejam de interesse popular.

18.4 – Organizações Civas: recrutamento e relações com as bases

Outro eixo de relações tratado pela pesquisa referiu-se ao processo de admissão de pessoas (filiados, membros) nas organizações em exame. Verificamos que alguns atributos revelaram-se indispensáveis para o aceite de novos membros. A ONG Transparência Capixaba e a Famopes consideram a idoneidade do requerente um fator extremamente importante para a adesão. Este critério ético também é observado pelo ES em Ação, porém, o princípio básico de ingresso nesta entidade é o convite, que pode ser feito tanto a pessoas quanto a empresas. Todavia, antes que este convite seja feito, há uma avaliação pelo Conselho Deliberativo que julga se aquele indivíduo ou empresa está apto ou não a participar.

Por seu turno, a Transparência prefere não incluir empresas em seu quadro de participantes, apesar disto estar previsto em seu estatuto. Isso se deve ao receio da ONG em criar um vínculo associativo com o setor privado e relacionar o nome da instituição a uma pessoa jurídica de índole não transparente. Já para fazer parte do CPV é preciso ser uma associação de moradores ou movimento comunitário reconhecido, constituído legalmente e de atuação restrita ao município de Vitória.

Em relação aos valores democráticos, todas as organizações pesquisadas manifestaram em seus discursos coletivos grande apreço a práticas e temáticas por eles orientadas. O CPV, por exemplo, declarou valorizar o “bem comum”, com base na idéia de que toda gestão de líder comunitário deve ser em prol do crescimento do bairro, da melhoria das comunidades e deve trabalhar para manter uma vinculação forte com suas bases, isto é, com as comunidades locais.

A mesma instituição atribuiu, em seus discursos coletivos, grande importância ao “diálogo” e à “argumentação”. Segundo Habermas (2003b) a ação comunicativa seria o procedimento democrático ideal e necessário para a conquista da justiça social. Obviamente que as práticas comunicativas precisariam ser confirmadas;

entretanto, a existência dessa preocupação no discurso dos atores da entidade já sugere um elemento de importância.

Também a Famopes se defronta com problemas relativos à democratização da prática política, na medida em que reconhece suas limitações em envolver as associações de bairros em discussões políticas mais amplas, isto é, integradas com debates de nível municipal e estadual. Neste sentido, a instituição busca desenvolver estratégias de articulação das lutas populares em seus mais diferentes níveis e temas (FAMOPES, Estatuto Social, § 4º, 2003) – um indicativo de que existe a preocupação em aproximar as lideranças da cúpula do movimento aos membros localizados na base.

De sua parte, o movimento empresarial ES em Ação, coerente com as insatisfações que deram origem à ONG, busca manter o necessário distanciamento entre esfera pública e privada ao vedar a participação na organização de pessoas que *estejam exercendo* funções públicas. Tal preocupação indica uma tentativa de incorporação de valores democráticos nas práticas políticas de seus membros, que, assim, estariam afastados do ímpeto de apropriação da coisa pública para a realização de interesses próprios.

Por fim, os princípios éticos e políticos estabelecidos pela ONG Transparência Capixaba para orientar suas ações e as de seus membros estão intimamente relacionados à normatividade democrática “da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade” (TRANSPARÊNCIA CAPIXABA, Estatuto, § 3º, 2002, p. 05), valores sem os quais a construção de amplos consensos na esfera pública, fundados a partir da lógica do interesse coletivo, certamente ficaria prejudicada.

Concluindo o que as análises realizadas, destes poucos casos de organizações da sociedade civil capixaba, sugerem é que as ambigüidades e problemáticas da própria constituição da esfera e campo de atuação da “sociedade civil”, no Brasil, estão também presentes no universo do mundo da vida e na **esfera pública** constituída no Espírito Santo, especialmente na região metropolitana de Vitória, território de maior atuação das organizações estudadas. Como desafio futuro fica

a tarefa de continuar as pesquisas acerca das especificidades que marcam as organizações da sociedade civil no contexto do Espírito Santo.

Referências

ANDRADE, Renato de Almeida. O enfrentamento da Questão Social e o Terceiro Setor: o Serviço Social e suas condições de trabalho nas ONGs. Vila Velha: Univila, 2006.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, instituições participativas, e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 50, nº 03. Rio de Janeiro, 2007, p. 443-464.

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão – O nascimento das ONGS**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CAYRES, Domitila. Sociedade civil e estado: a autonomia revisitada. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2009.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de cultura económica, 2001.

COSTA, Sérgio. *As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; J. PANFICHI, Aldo (orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Campinas: Paz e Terra, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. *Missão e Visão*. Disponível em <http://www.esacao.org.br/index.php?id=/institucional/missao_e_visao/index.php>. Acesso em julho de 2010.

FAMOPES. *Estatuto Social da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo*, 2003.

GIVISIEZ, Lucas J.V.B.; POSADA, Jorge E.M.; TEODÓSIO, Armindo S.S. Gestão da inclusão através de indicadores sociais: um estudo em ONG's da grande Belo Horizonte. Anais. III Seminário Internacional. Sociedade Inclusiva, Ações Inclusivas de Sucesso. Belo Horizonte, 14 a 28/05/2004. In: <http://www.ateodosio.blogspot.com/> <Acesso em agosto 2010>.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Volume II. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

LAVALLE, Andrián Gurza. HOUTZAGER, Peter P. CASTELLO, Graziela. *Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil*. Lua Nova. São Paulo, 2006a, pp. 49-103.

_____. *Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade*. Revista Brasileira. São Paulo, 2006b, p. 43 – 66.

TRANSPARÊNCIA CAPIXABA. *Estatuto*. Vitória, Espírito Santo. 18 de outubro de 2002.

YOUNG, Íris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.